



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Governo Lula fecha contrato para monitorar “ambiente político” em notícias e exige sigilo sobre informações

■ Às vésperas das eleições, o governo Lula contratou um serviço para acompanhar o que o noticiário diz sobre os ambientes econômico, financeiro e político do país. O acordo, firmado pela Presidência da República com a Agência Estado, foi fechado sem licitação e prevê sigilo sobre informações obtidas pela empresa durante a execução do serviço, com vigência até março de 2027.

■ Com valor global de R\$ 1 milhão — cifra que o próprio contrato classifica como “meramente estimativa” —, o acordo permite à Presidência acessar conteúdos noticiosos e dados por meio de uma plataforma voltada ao acompanhamento de informações em tempo real. O documento ao qual a coluna teve acesso cita expressamente o “acompanhamento do ambiente econômico, financeiro e político brasileiro”.

■ Em meio às obrigações impostas à empresa, uma determinação chama atenção pela abrangência. A agência deverá “guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato”.

■ A exigência não significa, por si só,



RICARDO STUCKERT

Governo Lula fechou contrato para acompanhamento de notícias no ano das eleições

que as notícias monitoradas ou o próprio contrato sejam secretos. O dispositivo estabelece um dever de confidencialidade para a empresa sobre informações às quais tenha acesso em razão da prestação do serviço.

■ A maior fatia do contrato está concentrada no chamado “Pacote News + Feed Político”. São 30 assinaturas,

ao custo mensal total de R\$ 59,2 mil e anual de R\$ 711,3 mil. Outros dois pacotes de análises, com quatro assinaturas cada, completam a contratação, levando o valor anual estimado a R\$ 1.016.838.

■ A contratação ocorreu por inexigibilidade de licitação, mecanismo previsto para situações em que a administração

considera inviável a competição entre fornecedores. Embora a vigência inicial alcance março de 2027, o contrato prevê a possibilidade de prorrogação. Na prática, o serviço mantém a Presidência abastecida com informações em tempo real durante a campanha e as eleições de 2026 e poderá continuar sendo prestado para além do período inicialmente estabelecido.

■ Procurada pela reportagem, a Casa Civil afirmou que a cláusula de sigilo não torna secretos o contrato nem informações públicas sobre a contratação. Segundo o órgão, a exigência se refere a eventuais informações acessadas pela empresa durante a prestação do serviço.

■ “A cláusula nona, item 9.16, prevê que a empresa deve ‘guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato’. A previsão, porém, não estabelece sigilo sobre o contrato ou sobre informações públicas relativas à contratação. Trata-se de obrigação de confidencialidade quanto a eventuais informações acessadas pela contratada durante a execução dos serviços”, afirmou a Casa Civil.

Trump manda inteligência dos EUA investigar avanço da China sobre o agro brasileiro

■ Os Estados Unidos determinaram que sua inteligência avalie a dimensão dos investimentos da China no agronegócio brasileiro e os interesses estratégicos de Pequim no setor. A medida prevê uma análise da atuação do governo chinês, de empresas do país e até do envolvimento do presidente Xi Jinping com autoridades brasileiras.

■ A determinação ganha novo contexto diante do avanço da relação comercial entre Brasil e China. Pequim é o principal destino das exportações brasileiras e ampliou nos últimos anos sua participação na compra de produtos do agronegócio do país, em especial soja, carne e outros produtos agrícolas.

■ O movimento ocorre em meio à disputa comercial entre Brasil e Estados Unidos. Em 10 de agosto, a China pediu para participar como terceira parte do contencioso aberto pelo governo brasileiro na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra

as tarifas impostas pelos EUA a produtos do Brasil.

■ A determinação parte de uma lei, promulgada em dezembro de 2025 pelos Estados Unidos, que obriga a inteligência norte-americana a avaliar a presença da China no agronegócio brasileiro. O texto prevê uma análise dos investimentos chineses no setor e atribui ao diretor de Inteligência Nacional a missão de avaliar “a extensão dos investimentos da República Popular da China no setor agrícola do Brasil”.

■ Um dos pontos que deverão ser analisados é a relação de Xi Jinping com o governo brasileiro em assuntos relacionados ao agro. O documento manda avaliar “a extensão em que o presidente Xi Jinping se envolveu ou orientou o envolvimento com a liderança brasileira” em questões ligadas ao setor agrícola do país.

■ A inteligência norte-americana também deverá examinar as “intenções

estratégicas” de Xi em relação aos investimentos chineses no agro brasileiro, além do nível de envolvimento do governo da China com o setor.

■ Outro ponto é o mapeamento das empresas chinesas presentes no mercado brasileiro. A avaliação deve identificar o número de companhias sediadas ou controladas pela China que possuem investimentos no setor, incluindo “joint ventures com empresas de propriedade brasileira”.

■ O escopo definido pelos norte-americanos é amplo. Para efeito da avaliação, a legislação considera como parte do setor agrícola a infraestrutura física, produção de energia, terras e outros insumos associados à produção de commodities agrícolas.

■ O documento determina ainda que sejam avaliados os possíveis efeitos do investimento ou controle chinês sobre o agro brasileiro. Entre os pontos citados estão os “impactos sobre a cadeia de suprimen-



ALAN SANTOS/PR

Estados Unidos apuram relação entre China e Brasil

tos, o mercado global e a segurança alimentar”.

■ As conclusões da inteligência deverão ser encaminhadas a comitês do Congresso dos EUA responsáveis pelas áreas de inteligência, agricultura e relações exteriores. A legislação prevê que o relatório seja apresentado em versão não sigilosa, mas permite a inclusão de um anexo confidencial.